

Município de Mogadouro

Câmara Municipal

Relatório de Gestão

do ano de 2010

APROVAÇÕES

<i>Câmara Municipal</i> <i>Em ____ de _____ de 2011</i>	<i>Assembleia Municipal</i> <i>Em ____ de _____ de 2011</i>
--	--

RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2010

De acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 64.º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece como competência da Câmara Municipal no âmbito do planeamento e desenvolvimento, "elaborar e aprovar o relatório de actividades e os documentos de Prestação de Contas a submeter à apreciação do órgão deliberativo", tendo em vista o controlo político por parte da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 53 da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos da tutela da Administração Pública Central. Imposição também disposta no n.º 1 do artigo 47.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro.

O POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei 54-A/99 refere como documentos de Prestação de contas das autarquias locais que as remetem ao Tribunal de Contas o Balanço; a Demonstração de Resultados; os Mapas de Execução Orçamental; os Anexos às Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão. Estabelece também que o Relatório de Gestão deve contemplar a situação económica e financeira da autarquia local, a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazo, proposta da aplicação dos resultados para além de outros factos relevantes ocorridos no exercício.

Este relatório faculta aos órgãos autárquicos a informação necessária ao exercício das suas competências para uma melhor compreensão e avaliação do seu conteúdo.

O orçamento municipal de 2010, cujo valor corrigido se fixou em 25.051.578,70 € reflecte ao nível da sua execução, um valor percentual de 53,28%.

De forma global podemos referir que a receita cobrada líquida foi executada em 56,49%, ascendendo ao montante de 14.152.068,10 € e a receita cobrada bruta foi executada em 56,54%, cifrando-se em 14.165.491,65€. Para este valor concorrem as receitas correntes com 8.043.248,19 € e as receitas de capital com 6.122.243,46€.

A despesa paga, apresenta valores de execução de 53,3% e 13.346.350,01 € em termos absolutos, desagregada em 8.040.095,53 € de origem corrente e 5.306.254,48 € de capital.

Se compararmos com o ano de 2009 verifica-se que na receita houve um decréscimo de 246.357,68 € e na despesa de 1.034.150,96 €.

O decréscimo da receita global embora ligeiro, relativamente ao ano anterior, resulta de vários factores sendo de realçar que o de maior impacto prende-se com o facto de em 2009 termos utilizado 557.950,62 € de empréstimos e em 2010 termos utilizado apenas 224.481,17€ registando-se só nesta rubrica uma diferença de cerca de 330.000,00€, portanto superior à diferença dos valores apresentados.

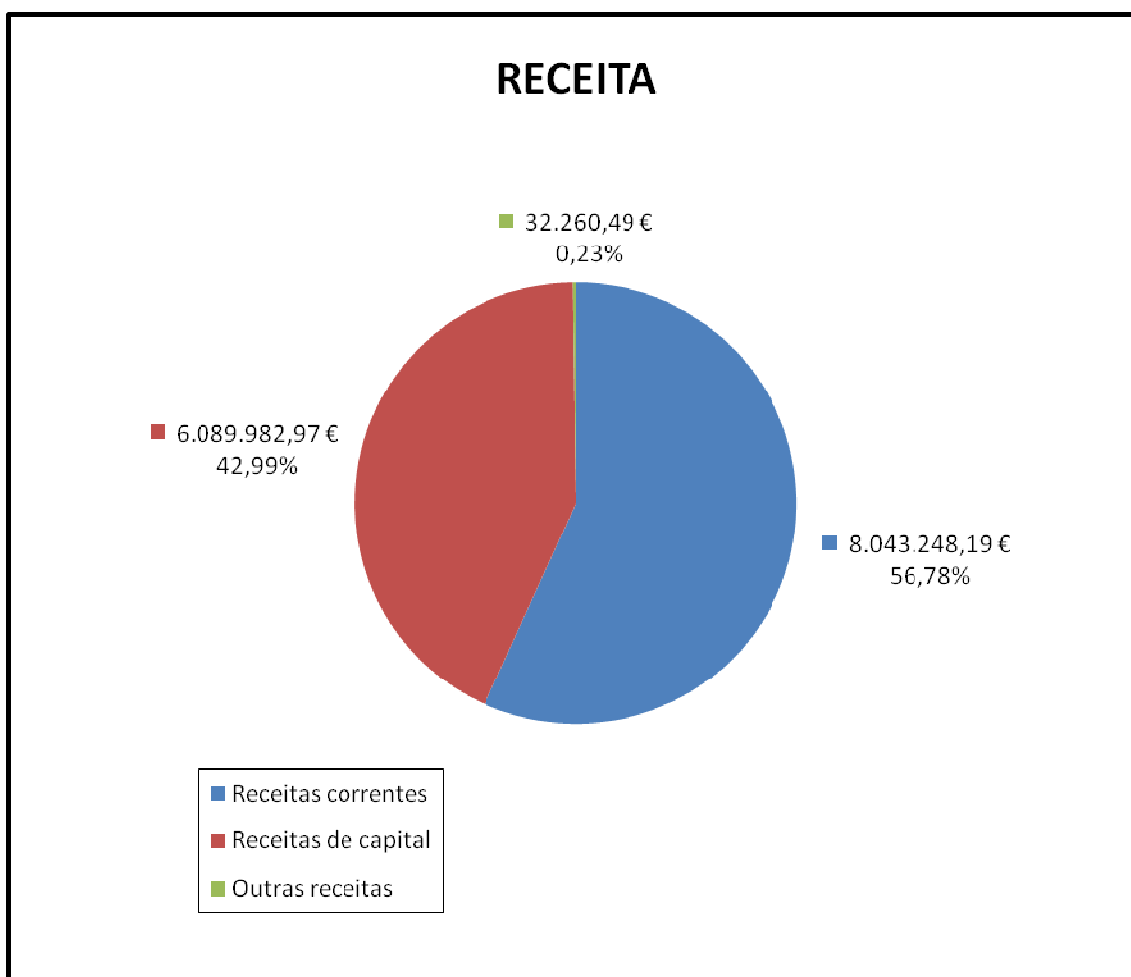
Assim a arrecadação de receitas correntes durante o ano de 2010, cifrou-se no valor total de 8.043.248,19 €, representando uma execução de 77,3%, da qual resulta uma diminuição de 67.898,27€ comparativamente a 2009, originada principalmente pela quebra de cerca de 140.000,00 € nas transferências correntes e na venda de bens e serviços. Por outro lado, as despesas correntes com um valor total de 8.040.095,53 € e 77,4% de execução, tiveram um crescimento de 34.551,65 € ou seja valores muito idênticos aos do último ano. Verifica-se pois que as despesas de pessoal cresceram cerca de 150.000,00 €, a aquisição de bens e serviços diminuíram em 113.534,63 €, os juros bancários diminuíram também 167.790,91 € e as transferências correntes aumentaram 121.399,94 €.

Relativamente a aumentos registam-se nos impostos directos, cerca de 40.000,00 €, nas taxas, multas e outras penalidades 14.000,00 €, nos rendimentos de propriedade 4.000,00€ e nas outras receitas 23.000,00€. Já quanto às diminuições, registam-se em cerca de 14.000,00€ nos impostos indirectos, 70.000,00€ nas transferências correntes e nas vendas de bens e serviços.

Nunca é demais lembrar que o valor global das receitas correntes devia aumentar todos os anos, pois cada vez mais, estas são o garante da execução orçamental, porque como já foi dito noutras ocasiões o acesso às receitas de capital designadamente os Fundos Comunitários estão limitados no tempo, para além da não existência de património para venda e à continuação das limitações ao endividamento imposto pela administração central. Com o termo dos financiamentos QREN e a não ser que haja outras medidas similares, cada vez estamos mais próximos da fase em que será necessário proceder-se ao recebimento de compensações equivalentes ao custo com o fornecimento do bem ou serviço prestado pela autarquia principalmente na questão de manter os edifícios e outros imóveis em bom estado de conservação.

É de salientar a que o valor de 2.127.174,80 € relativo à importância recebida dos fundos comunitários (QREN) regista um acréscimo em relação ao ano anterior em cerca de 500.000,00 € contribuindo assim com uma percentagem elevada na execução orçamental de 2010, muito embora a sua arrecadação tenha ocorrido já no último terço do ano devido ao atraso verificado na entrada em vigor do programa. Tanto assim é que só no mês de Dezembro entraram nos cofres da Câmara cerca de 600.000,00 € do QREN, tendo no entanto ficado valor idêntico por receber no final do ano. Tendo-se iniciado um ciclo de lançamento de grandes obras com financiamento assegurado, a concretização desses projectos de investimento bem como do não aumento da dívida a terceiros depende muito do grau de prontidão dessas transferências que esperamos que no ano em curso sejam mais céleres.

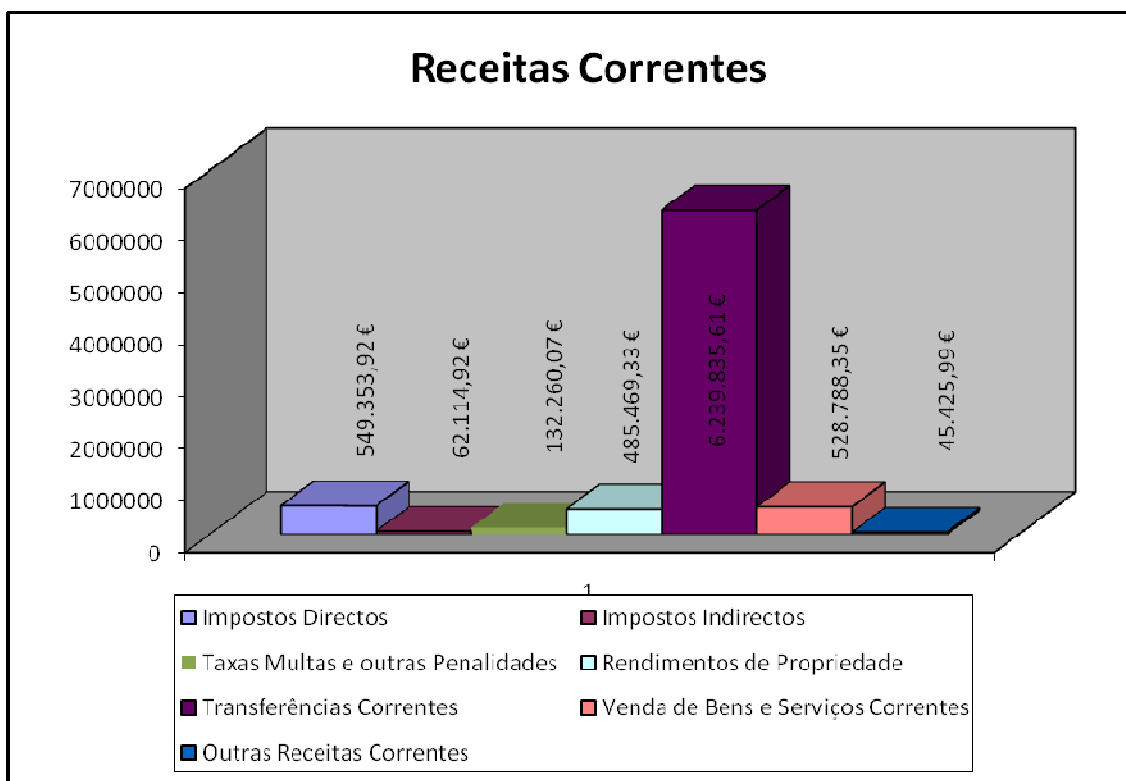
Gráfico das Receitas: Total - 14.165.491,65 €



A rubrica com maior peso na arrecadação de receitas correntes há semelhança de anos anteriores é a das transferências correntes com 6.239.835,61 € dos quais 5.834.006,00€ são de Fundos Municipais, que por si só representa 41,18% do total geral das receitas. Os impostos directos com 549.353,92€ representam 3,88 %, a venda de bens e serviços correntes com 528.788,35€, representam 3,73% e os rendimentos de propriedade com 485.469,33 € e 3,43 % das receitas totais, são as que têm alguma relevância, pois o conjunto dos impostos indirectos (62.114,92 €), as taxas, multas e outras penalidades (132.260,07 €) e as outras receitas correntes (45.425,99 €) apenas representam 1,69% do total geral das Receitas.

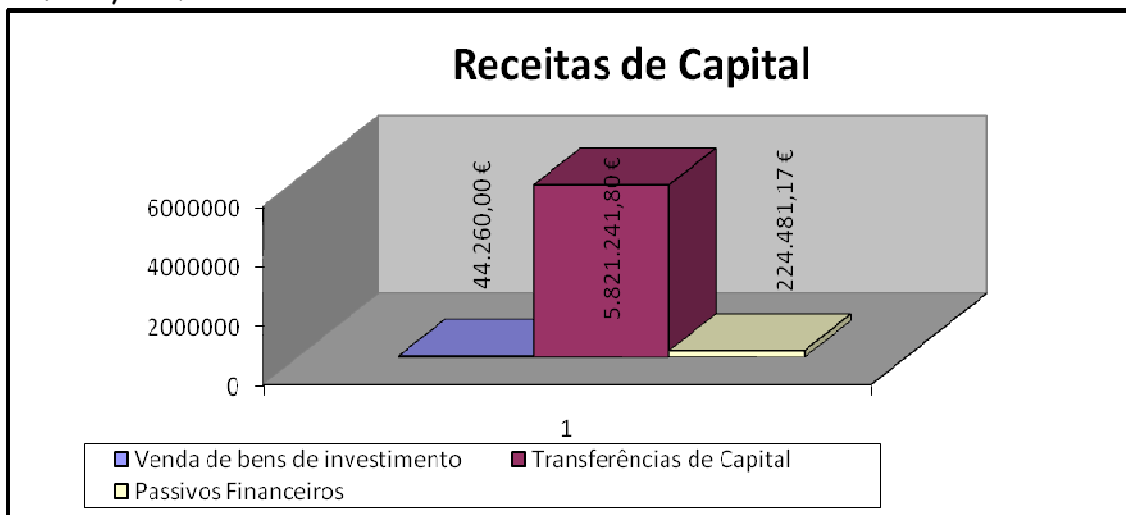
Veja-se o gráfico.

Receitas Correntes - 8.043.248,19 €

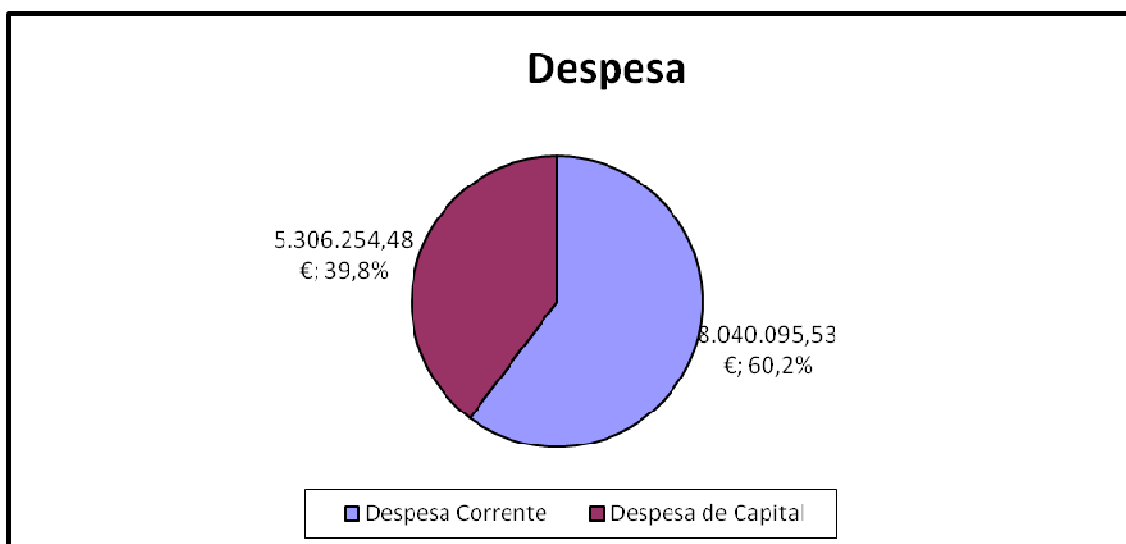


As receitas de capital traduzem um tipo de rendimentos limitados no tempo, que contribuem para fazer face a despesas de capital. O núcleo essencial das Receitas de Capital é constituído por "Transferências de Capital" e "Passivos Financeiros", tendo estas, registado em 2010 o valor total de 6.089.982,97 €, valor ligeiramente inferior ao de 2009 devido ao facto de como já foi dito terem sido utilizados cerca de 330.000,00€ a menos de empréstimos, pois o valor das transferências de capital até foi

superior em cerca de 90.000,00 €, apresentando no final do ano os valores constantes do gráfico. Do valor global das Receitas de capital 60,35% correspondem aos Fundos Municipais e 34,93 % aos Fundos Comunitários, cabendo á rubrica da venda de bens de investimento apenas o valor de 44.260,00€.

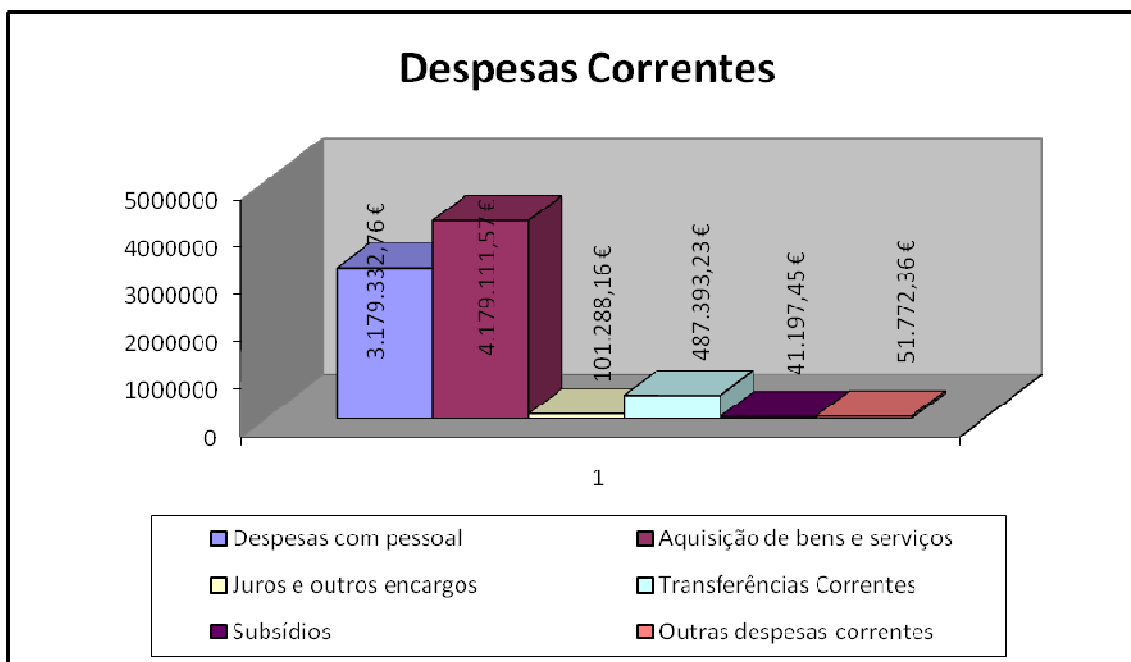


No que diz respeito às despesas, as de capital são inferiores às correntes em 2.733.841,05 €, correspondendo as primeiras a 60,2% e as segundas a 39,8 % apresentando um total de 13.346.350,01 €, conforme o gráfico.

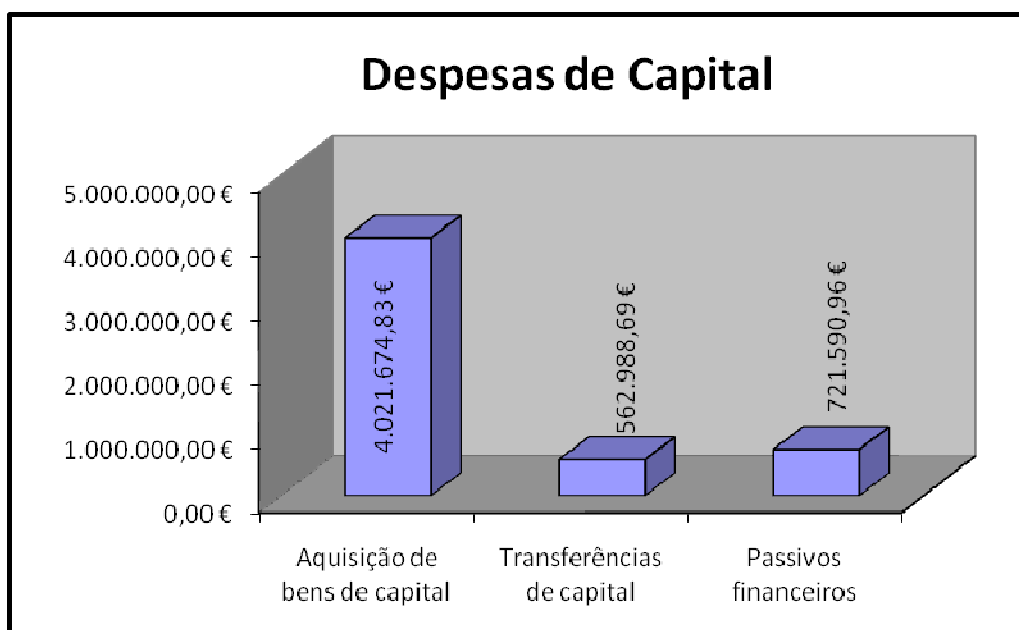


Para os valores indicados e no que diz respeito às despesas correntes, a aquisição de serviços, volta a registar o maior valor com 4.179.111,57 € e 31,3% do total das Despesas, seguem-se as despesas com pessoal no valor de 3.179.332,76 € que correspondem a 23,8% do total, cabendo ao conjunto das

outras rubricas o valor total de 681.651,20 € e apenas 5,11% das despesas como o demonstra o gráfico seguinte.



Para as Despesas de Capital, no valor de 5.306.254,48 € e 39,8%, do total, contribuirá a aquisição de bens de capital traduzida em 30,1% do total das despesas, e as transferências de capital e passivos financeiros com 562.988,69 € e 721.590,96 € respectivamente a representarem 4,2% e 5,4%, conforme o gráfico que se segue.



No que respeita ao Plano Plurianual de Investimentos, adiante designado por PPI, a percentagem de execução foi de 32,84%, no montante de 4.021.674,83 €, significando que volta a registar valores inferiores ao do ano anterior, o mesmo acontecendo com a taxa de execução.

Apresenta-se em seguida o mapa de investimentos dos últimos 4 anos.

Investimentos de 2007 a 2010 em Euros

2007	2008	2009	2010	TOTAL
5.905.786,59	4.205.593,22	5.716.979,10	4.021.674,83	19.850.033,74

Em matéria de classificação funcional e no que respeita ao conjunto do PPI e do Plano de Actividades Municipais, as funções gerais com 1.007.535,50€, assumiram 14,57% da realização geral; as funções sociais com 3.361.849,61 € representam 48,63%, as funções económicas com 1.083.403,59 € traduzidas em 15,68% e as outras funções 1.459.673,57 € com 21,12 %.

Com uma taxa de execução de 40,83 %, as Grandes Opções do Plano de 2010, atingiram o valor absoluto de 6.912.462,27 € dos quais 4.021.674,83 € referem-se ao PPI e 2.890.787,44 € ao conjunto de acções consideradas como relevantes e cuja despesa não é considerada de investimento da própria autarquia, podendo no entanto sê-lo de outras entidades. Conforme se pode verificar através da leitura dos valores desagregados no quadro seguinte, as funções sociais com 3.361.849,61 € representam 48,63% do total, destacando-se aqui várias rubricas designadamente na Educação e conseqüente construção da no Escola, o saneamento com 368.605,76 €, os resíduos sólidos com 588.217,57€, cabendo ainda aqui as despesas inerentes à actividade cultural, desportiva e recreativa que foram muitas totalizando a despesa de 478.694,17€.

A segunda maior fatia diz respeito às outras funções onde o maior valor se refere ao pagamento de empréstimos com 820.219,25 €, cabendo a maioria do restante valor (590.068,86€) á transferência entre administrações, sendo exemplo disso, as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, os subsídios de capital a Associações e Comissões Fabriqueiras e ainda as quotizações e despesas com as Associações de Municípios de que fazemos parte.

Seguem-se as funções económicas onde se destacam embora em valor inferior ao último ano as despesas nos transportes e comunicações, onde se investiram ainda 829.855,55 € na construção e/ou reparação de estradas

municipais e também o valor de 177.584,37 € na rubrica de Comércio e Turismo.

Por último, as funções gerais, dizem respeito aos serviços gerais da administração pública e que englobam as despesas com maquinaria, equipamento e mobiliário diverso e ainda a conclusão das obras de requalificação do largo do Convento para além da protecção civil.

Embora sendo repetitivo, mas porque os mesmos não aparecem discriminados quantitativamente, pois estamos a falar de valores reduzidos é importante aqui realçar outras actividades e desempenhos nas mais diversas áreas. Após um ano da abertura Biblioteca Trindade Coelho, verifica-se que a mesma tem registado uma enorme afluência, a Casa das Artes que tem actividades diárias como danças, música e ginástica e na Casa da Cultura continua a funcionar e com o sucesso, o espaço Internet. Ao nível da educação realçamos as actividades de enriquecimento curricular, como a música, a ginástica e o inglês, continuando com as férias desportivas em dois períodos do ano.

As sessões de cinema continuam a ter lugar todos os fim de semana na Casa da Cultura, tendo existido outros espectáculos ao ar livre no período de Verão.

Continuamos a apoiar e organizar o mais diversificado tipo de actividades desportivas (torneio inter-freguesias) e culturais (feira do livro, prémio Trindade Coelho, concurso de poesia entre outros), bem como a cedência ou aluguer de autocarros, encontros de anciãos, as festas em todo o Concelho com fornecimento de energia eléctrica e cedência de outros equipamentos como o palco móvel.

Nas Piscinas quer nas cobertas quer nas descobertas, continua a registar-se uma grande afluência, por um lado os jovens com as aulas e por outro os mais idosos com sessões de hidroginastica, para além da população em geral que a frequenta em grande número. De referir que a piscina coberta é também utilizada pelas escolas na disciplina de Educação Física com várias turmas em determinados períodos do ano a praticar natação.

Também o raid aéreo designado por Red Burros, organizado pela primeira vez, registou uma afluência acima do esperado, tendo posto Mogadouro em todas as televisões nacionais e dar assim a utilidade que um investimento daquela natureza merecia.

Acompanhando a evolução tecnológica e para que a população tenha acesso gratuito á internet, procedemos à instalação do Wireless e Hots Spots e que garante já uma cobertura razoável.

Foi também adquirido e instalado na Av. Sr^a. do Caminho um ecrã led - Outdoor que permite dar a conhecer à população os eventos a realizar quer

na Vila ou nas aldeias, para além de informação actualizada sobre a farmácia de serviço no dia.

Execução das Despesas nas Grandes Opções do Plano de 2010				
Código	Designação das rubricas	Valor do	% dentro	% em relação ao
Obj./Prog.		Investimento	Obj./Prog.	Total
1.	Funções Gerais	1.007.535,50	100,0%	14,57%
1.1.1.	Administração geral	859.485,22	85,31%	12,43%
1.2.1.	Protecção civil e luta contra incêndios	148.050,28	14,69%	2,14%
2.	Funções Sociais	3.361.849,61	100,0%	48,63%
2.1.1.	Ensino do 1º ciclo	900.005,67	26,76%	13,02%
2.2.1.	Serviços individuais de saúde	12.960,24	0,39%	0,19%
2.3.2.	Ação social	292.668,88	8,71%	4,23%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	1.677.520,65	49,90%	24,27%
2.4.2.	Ordenamento do território	657.475,15	19,56%	9,51%
2.4.3.	Saneamento	368.605,76	10,96%	5,33%
2.4.4.	Abastecimento de água	63.222,17	1,88%	0,91%
2.4.5.	Resíduos sólidos	588.217,57	17,50%	8,51%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	478.694,17	14,24%	6,93%
2.5.1.	Cultura	210.713,90	6,27%	3,05%
2.5.2.	Desporto, recreio e lazer	249.780,27	7,43%	3,61%
2.5.3.	Outras actividades cívicas e religiosas	18.200,00	0,54%	0,27 €
3.	Funções económicas	1.083.403,59	100,0%	15,67%
3.2.	Indústria e energia	75.963,67	7,01%	1,1%
3.3.1.	Transportes rodoviários	829.855,55	76,60%	12,00%
3.4.1.	Mercados e Feiras	108.684,30	10,03%	1,57%
3.4.2.	Turismo	68.900,07	6,36%	1%
4.	Outras Funções	1.459.673,57	100,0%	21,13%
4.1.1.	Empréstimos	820.919,25	56,24%	11,88%
4.1.2.	Juros de Locação Financeira	1.287,73	0,09%	0,02%
4.2.	Transferência entre Administrações	590.068,86	40,42%	8,54%
4.3.	Diversas não especificadas	47.397,73	3,25%	0,69%
		6.912.462,27	100,0%	100,00%

Transferências e subsídios obtidos:

Como já foi dito, há semelhança de anos anteriores, os Fundos Municipais representam a maior fatia no que diz respeito a este capítulo, no entanto deve ser também realçada a receita proveniente de financiamentos QREN com 2.127.174,80 €. Há ainda valores a receber do contrato programa assinado para a construção da Biblioteca apesar da mesma estar já a funcionar há muito tempo e com toda a despesa paga.

Dívida do Município:

A dívida total do Município - curto médio e longo prazo evidenciada no Balanço é de 8.138.258,50 € e representa 57,45% da receita global anual. Deste valor, se considerarmos que 510.871,67 € dizem respeito a garantias e cauções prestadas em dinheiro e depositadas numa conta de operações de tesouraria, valor disponível em qualquer momento, podemos afirmar com rigor que a dívida total é de 7.627.386,83, valor inferior em 1.575.803,12 € relativamente a 2009.

Podemos então constatar que a dívida de curto prazo, era no final de 2010 de 395.696,97 € a fornecedores conta-corrente e de 22.573,80 € a fornecedores de imobilizado. Estamos perante o valor em dívida mais baixo de sempre.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo, concretamente aos empréstimos, registava no final do ano o valor de 7.119.164,48 €, o que representa também uma diminuição de cerca de 500.000€ em relação ao ano anterior, isto apesar de se ter utilizado o valor de 224.481,17 € do empréstimo contratado já em 2008. Constata-se assim que mesmo utilizando este valor, a dívida diminuiu consideravelmente.

Também a dívida com contratos de locação financeira, designadamente a relacionada com a aquisição das antigas instalações do B.P.S.M. era no final do ano de 2010 de 89.951,58 €, representando também uma quebra considerável.

Relativamente á capacidade de endividamento e de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, o limite de endividamento líquido municipal em 31/12/2010 é de 125% sobre a soma do montante dos impostos municipais com as participações do município no Fundo de Equilíbrio Financeiro do ano anterior ou seja de 12.805.649,20 €. No entanto e de acordo com o estabelecido no art.º 39 da LFL, o montante da dívida com empréstimos de médio e longo prazo não pode exceder a soma das receitas atrás descritas (impostos municipais + FEF), ou seja 10.244.519,36 € estando excluídos desse limite, os empréstimos contraídos para obras financiadas pelos fundos

comunitários bem como os contraídos para intempéries e que perfazem um total de 2.728.031,76€.

Assim, sendo o limite para o endividamento líquido do Município em 31/12/2010, é de 12.805.649,20, consta-se que o limite está longe de ser atingido.

Tendo em conta que em 31/12/2010, a dívida total com empréstimos de médio e longo prazo é de 7.119.164,48 €, se excluirmos o valor excepcionado (2.728.031,76€), verifica-se que apenas utilizamos 42,86% da capacidade de endividamento para os empréstimos de médio e longo prazo, ou seja longe do permitido por lei. Verifica-se assim que temos uma margem para contratação de empréstimos de médio e longo prazo de 5.853.386,28 € e uma margem de 7.906.293,93 € no endividamento líquido resultando daqui uma capacidade muito superior á do ano anterior.

Perante o exposto, conclui-se mais uma vez que o Município de Mogadouro continuou em 2010 a cumprir com rigor a Lei das Finanças Locais ao não ultrapassar nenhum dos limites de endividamento permitidos por lei e a capacidade não é maior porque não foram aqui considerados os valores correspondentes a financiamentos comunitários por receber o que a acontecer aumentaria a taxa de execução da receita e da despesa, que por sua vez aumentava a capacidade de endividamento se considerarmos que esse montante seria utilizado no pagamento da dívida a fornecedores.

Transferências de Capital

Durante o ano de 2010 foram efectuadas transferências:

- Comissões Fabriqueiras - 18.230,75 €
- Centros sociais (inclui apoio habitacional) - 234.741,59 €
- Juntas de Freguesia - 253.721,60 €
- Associações - 56.294,75 €

Modificações ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimentos

Durante a execução do orçamento, na sequência da ocorrência de situações de impossibilidade de realização de despesas ou de arrecadação de receita motivada por insuficiência de dotações, em consequência da morosidade na arrecadação de receita; inexistência de dotação, em consequência da sua imprevisibilidade na fase de preparação do orçamento; não inclusão de previsões de receitas (novas ou já existentes), com o objectivo de evitar a inviabilização da execução financeira da actividade autárquica, recorreu o Município à aplicação do mecanismo das modificações

orçamentais (revisão orçamental ou alteração orçamental), consoante os casos, modificações essas, utilizadas no cumprimento das regras definidas pelo POCAL nos seus pontos 8.3.1 e 8.3.2.

Assim, durante o ano de 2010, foram operadas uma alteração e duas revisões ao Orçamento da Receita e 16 alterações e 1 revisão ao Orçamento da Despesa.

Foram também ao longo de 2010, operadas 15 alterações e 1 revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 14 alterações ao Plano de Actividades Municipais.

O Resultado líquido do exercício é negativo de 2.317.926,05 €, superior ao de 2009 em 927.389,19 €. Quanto ao Activo Bruto no final de 2010 é de 129.419.556,65 €, registando assim um incremento de cerca de 3.000.000,00 €. Se atendermos a que o valor das amortizações do exercício, foi de 6.432.858,50 €, conclui-se que o resultado negativo resulta desse facto.

Proposta de Aplicação de Resultados

O Decreto-Lei nº. 54-A/99 de 22 de Fevereiro no ponto 2.7.3, determina que os resultados negativos devem ser cobertos pelas reservas, se existentes, e na sua falta, devem transitar em conta.

Assim sendo, propõe-se que o resultado negativo 2.317.926,05€, transite em conta á semelhança dos resultados de anos anteriores.

Mogadouro, 24 de Março de 2011.